

ATA DA 17ª DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2023, sob a presidência do sr. Vereador André Luiz Costa Broliato, com a presença de nove senhores vereadores, Alair de Rezende, Adriana Aparecida Halfeld Guerra, Arnóbio Joaquim de Souza, Joaquim José de Souza, Lincoln Rodrigues dos Santos, Rafael Garcia Furtado, Sebastião Silva Carvalho e Thiago Gribel do Valle. Verificado o quórum regimental deu início a reunião. O presidente passou para a leitura do expediente. Em seguida, apresentou o Projeto de Lei nº 17/2023, substitutivo ao texto anterior, que altera a Lei nº 1.460/2015 e dispõe sobre isenções tributárias para templos religiosos. O substitutivo incluiu novas isenções, como a Taxa Única de Fiscalização de Estabelecimento (TUF), além da Taxa de Expediente já prevista. O presidente passou para a primeira discussão. A vereadora Adriana explicou que o projeto já havia passado por discussões anteriores, mas foi reformulado após análise do impacto financeiro e de adequações técnicas. Ela destacou ajustes no texto para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Foram feitas correções de redação, como ajustes de gênero e termos técnicos, além da inclusão de dispositivos para revogar itens relacionados ao Código Tributário Municipal. A vereadora Adriana também sugeriu que as alterações no substitutivo fossem tratadas como contribuições para a redação final, destacando que elas não modificam a substância do projeto. Ela se comprometeu a discutir com o Executivo para eventuais ajustes formais. O vereador Rafael mencionou a ampliação das isenções e questionou o impacto financeiro previsto, que passou de R\$ 500,00 para cerca de R\$ 10 mil anuais, conforme a justificativa do projeto. Ele sugeriu verificar se a LRF exige compensação para essas perdas. O vereador Sebastião pediu vistas do projeto, argumentando que o tema exige análise mais aprofundada e questionando a retroatividade para 2021. Ele destacou a necessidade de avaliar os valores envolvidos e a compensação tributária. Após discussões, foi apresentada uma sugestão para que acontecesse a primeira votação, permitindo maior tempo para análise antes da segunda votação. Contudo, o vereador Sebastião manteve seu pedido de vista, que foi concedido pela Presidência. O presidente passou para o projeto de lei número 18/2023. O presidente disse que o projeto altera a composição de conselhos municipais para retirar membros do Legislativo, em razão de decisões que consideram essa participação inconstitucional. A proposta está baseada em decisão judicial de 2016, mas foi questionado o porquê da demora na implementação. O Presidente passou para a discussão dos projetos de lei número 18/2023 e 19/2023. O vereador Sebastião reclamou sobre a morosidade e falta de reuniões frequentes dos conselhos, o que impacta diretamente processos relacionados a obras, isenções e



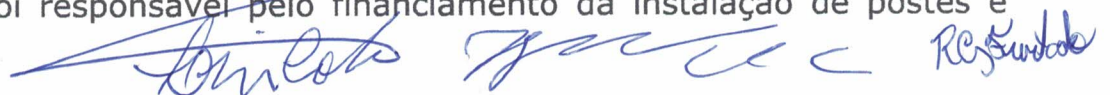
desenvolvimento local. O vereador Alair mencionou que havia sido formada uma comissão pelo Legislativo para cobrar e monitorar as ações dos conselhos. A vereadora Adriana disse que existem nos conselhos as reuniões extraordinárias para casos urgentes e que os conselheiros relatam dificuldade em obter quórum e os riscos envolvidos para quem participa, mencionando a responsabilidade jurídica. O presidente disse que iria convocar o presidente dos dois conselhos para saber o que está acontecendo e informou que os dois projetos estão retirados de pauta. O presidente deu entrada no projeto de lei 28/2023 e colocou em primeira discussão. O vereador Rafael disse que o prefeito pediu urgência nesse projeto sendo que o mesmo foi elaborado há mais de um ano. Diversos vereadores expressam suas preocupações sobre o tempo de tramitação, a necessidade de mais diálogo com os envolvidos e a relevância do projeto para a saúde pública e a infraestrutura urbana. A vereadora Adriana disse que a questão do saneamento básico é destacada como essencial para a comunidade, com a servidão administrativa sendo vista como uma forma de corrigir falhas de administrações anteriores, especialmente relacionadas à infraestrutura e legalidade do uso de determinados terrenos. O vereador Sebastião sugere que o projeto deve ser discutido mais a fundo, incluindo conversas com os proprietários dos terrenos, para chegar a um consenso e evitar decisões precipitadas que possam prejudicar a população. O presidente passou a palavra para o proprietário do terreno, Sr. Alan Pitondo Dias, que usou a palavra dizendo que havia autorizado previamente a utilização de parte de sua propriedade para obras do município sem custo, mas destacou que algumas contrapartidas acordadas não foram cumpridas pela Prefeitura. Sugeriu a construção de uma pista de caminhada em troca da servidão administrativa, em benefício da comunidade. Criticou mudanças no projeto original e destacou a falta de diálogo efetivo por parte do Executivo. Alguns vereadores sugeriram que o Prefeito fosse convidado para uma nova reunião, a fim de esclarecer pontos relacionados ao projeto e ao acordo proposto. O vereador Alair manifestou dizendo que o projeto poderia ser colocado em votação única, caso os demais vereadores estivessem aptos a votar. Em seguida, o presidente suspendeu o projeto e disse que iria convidar o prefeito para fazer os esclarecimentos e reafirmou a importância de seguir os trâmites legais e buscar consenso entre as partes envolvidas. A Vereadora Adriana esclareceu que sua reação durante a discussão anterior foi de surpresa e não de oposição ao projeto. Destacou que não acredita que o Prefeito esteja modificando o projeto para prejudicar qualquer pessoa específica, inclusive em reuniões de partido anteriores já mencionava a construção de uma faixa de pedestres e ciclovias como um plano importante para a cidade. A vereadora explicou que existe uma legislação que estabelece uma faixa não edificável de 15 metros nas margens das rodovias, a qual, segundo informações, não sofreu alterações recentes e também mencionou a necessidade de respeitar autorizações específicas para obras em áreas próximas às rodovias e



Sebastião

RC Quinto

poderia chamar o Secretário de Obras ou um engenheiro especializado para esclarecer questões técnicas relacionadas à servidão administrativa e ao trajeto das redes de captação pluvial. O Sr. Alan reiterou que já havia autorizado anteriormente a passagem da rede pelo limite do seu terreno. Porém, destacou que o novo trajeto do projeto invade o interior do terreno, desvalorizando a propriedade. Ele propôs aceitar como contrapartida a construção de uma pista de caminhada em benefício da comunidade, afirmando que não exige indenização em dinheiro. Ressaltou que, caso a contrapartida não seja aceita, não permitirá a passagem da obra conforme o novo trajeto. O Vereador Rafael argumentou que o trajeto inicial, próximo à cerca do terreno, não apresentava problemas e que a mudança para o interior da propriedade é desnecessária. Obras como a rede de esgoto e a rede de captação pluvial poderiam ser planejadas para seguir trajetos paralelos, minimizando custos e impactos ao rasgar o asfalto ou terrenos particulares. Citou exemplos de obras realizadas no município que seguiram trâmites ágeis, como a instalação de quebra-molas e postes em áreas urbanas, questionando a suposta dificuldade de autorizações por parte do DR (Departamento de Estradas de Rodagem). O vereador Rafael enfatizou que muitas obras esbarram na falta de boa vontade e que é possível buscar alternativas práticas para atender às necessidades da população. O Vereador Sebastião manifestou-se, destacando que observa uma incoerência nas justificativas de que não é permitido construir em áreas próximas a rios ou rodovias, dado que já existem obras realizadas nessas áreas no município, como o parque da exposição. Considera desnecessário convocar o Prefeito para a Câmara, pois ele já dialogou diretamente com o proprietário Alan, mas não cumpriu os acordos estabelecidos. Sugeriu que a resolução do conflito ocorra diretamente entre o Prefeito, o proprietário do terreno e o Departamento de Estradas de Rodagem (DR), evitando trazer questões que possam causar desgaste político ou desentendimentos. O Vereador Thiago reforçou a necessidade de resolver a questão diretamente com os envolvidos, sem trazer o debate para a Câmara, o que pode gerar divisões ou conflitos entre os vereadores e a comunidade. Sugeriu que o trajeto da rede seja ajustado para atender às demandas do proprietário, destacando a possibilidade de realizar as obras próximas à cerca, conforme inicialmente proposto. Concordou com a ideia de viabilizar a construção da pista de caminhada como contrapartida, beneficiando a população e aumentando a segurança dos pedestres. O Vereador Rafael retomou pontos técnicos e financeiros, destacando que é mais eficiente realizar as obras de redes de esgoto e captação pluvial lado a lado, minimizando custos e impactos. Criticou a falta de uniformidade nas ações do DR, exemplificando a instalação de quebra-molas e postes no parque da exposição, o que demonstra que algumas obras podem ser autorizadas de forma mais célere. Solicitou esclarecimentos sobre os custos das obras no parque de exposição e quem foi responsável pelo financiamento da instalação de postes e

 R. S. S. S. S.

quebra-molas na área. Foi levantado um debate sobre as responsabilidades do DR e da Prefeitura em relação às obras no município. O Vereador Rafael questionou se a Prefeitura havia custeado a instalação de postes no parque de exposição, destacando que, caso confirmado, seria necessária uma cobrança formal pela aplicação de recursos públicos. O Presidente da Câmara explicou que os quebra-molas foram instalados pelo DR, após um incidente envolvendo veículos na área do parque, o que reforçou a necessidade de segurança no local. Em seguida, houve a explicação do jurídico (Dr. Ângelo) de que a servidão administrativa poderia ser instituída diretamente por decreto do prefeito, mas foi enviada à câmara para discussão, o que não era obrigatório. O vereador Sebastião sugeriu suspender a votação para permitir mais diálogo entre as partes. Houve sugestões de aproveitar o corte no asfalto para implementar não só a rede pluvial, mas também o esgoto. O presidente da câmara decidiu suspender a votação e convidar o prefeito, o secretário responsável, representantes técnicos e o proprietário do terreno para uma próxima reunião, buscando uma solução que atenda aos moradores e ao proprietário sem causar prejuízos. O presidente passou para a primeira discussão do projeto de lei número 29/2023, o vereador Rafael sugeriu votação única, houve consenso de que o projeto não exige maior discussão, sendo sugerida a votação em caráter único. O presidente colocou o projeto em votação, sendo aprovado. O presidente colocou o projeto de lei número 30/2023 em primeira discussão, a vereadora Adriana pediu para constar de ata o agradecimento aos Deputados Cristiano Silveira e Delegada Sheila, pelas emendas. O vereador Rafael também agradeceu. O presidente colocou o projeto em votação única, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente colocou o projeto número 31/2023 em primeira votação. A vereadora Adriana pediu que fosse registrado agradecimento ao Deputado Tito Torres pelo aporte financeiro. O vereador Sebastião citou o artigo 83 da Lei Orgânica Municipal, que determina que nenhuma obra pública deve começar sem a previsão de recursos e planejamento detalhado. Ele levantou dúvidas sobre o cumprimento dessas exigências no caso da obra em andamento no bairro Jardim Guanabara. O presidente esclareceu que o recurso já está disponível e que o objetivo do projeto é formalizar a criação da natureza de despesa, ajustando as contabilidades para dar continuidade à obra. A vereadora Adriana respondeu ao vereador Sebastião dizendo que os dados sobre a execução da obra estão disponíveis no Portal da Transparência e podem ser acessados pelos vereadores. No entanto, destacou-se que os pedidos de explicação formalizados por escrito são bem-vindos para garantir clareza. O vereador Rafael sugeriu que, no futuro, projetos de obras sejam apresentados com informações detalhadas previamente para evitar atrasos e problemas de planejamento. O vereador Sebastião pediu vista. O presidente concedeu vista ao projeto. O vereador Alair levantou a possibilidade de suspender a reunião por cinco minutos para que os vereadores pudessem alinhar suas opiniões sobre o



projeto. O vereador Sebastião mencionou que, conforme o Regimento Interno, tem o direito de pedir vistas ao projeto. Esse direito permite analisar melhor os detalhes antes de decidir. Após ponderar sobre a urgência do projeto e a sugestão feita, o presidente aceitou suspender a sessão por cinco minutos, dando tempo para os vereadores discutirem o assunto e alinharem suas posições. O presidente retomou a reunião e colocou o projeto de lei número 31/2023 em primeira votação, sendo aprovado. Em seguida, o vereador Alair propôs uma Moção de Pesar pelo falecimento do Sr. Rogério Rocha e para a Sra. Raimunda, moradora do bairro Santa Efigênia. A vereadora Adriana pediu moção de aplausos em reconhecimento à participação das estudantes atletas do município na etapa estadual dos jogos escolares realizados em Uberaba. Apesar de enfrentarem adversidades, como a diferença de estrutura e tempo de treinamento em comparação às escolas particulares, as atletas representaram Mar de Espanha com grande empenho e dedicação. A vereadora também solicitou moção de aplausos à Igreja Assembleia de Deus Madureira - Departamento Infantil Joias de Cristo e ao Departamento Infantil, responsável pelo 8º Congresso Infantil. O evento foi destacado como um projeto de grande relevância social. A Moção será dirigida às pessoas responsáveis pelo departamento, como Nelson e Roberta, bem como ao pastor da igreja. O vereador Thiago sugeriu o reconhecimento formal da cooperativa como de utilidade pública. Houve questionamentos sobre a viabilidade legal, considerando que cooperativas geralmente têm fins econômicos, o que pode não se alinhar com os requisitos para esse título. O vereador Rafael disse que uma cidadã relatou dificuldades em obter leite especial (Nan) para sua criança nos últimos cinco meses. A vereadora Adriana levantou a preocupação sobre a entrega por parte do fornecedor. O vereador Rafael reclamou sobre a desorganização do setor fazendário, incluindo mudanças de endereço e atrasos na resolução de pendências de alvarás. Erros na gestão dos alvarás impactam diretamente contribuintes e negócios locais. Houve críticas quanto à transparência e eficiência, com pedidos de uma resposta definitiva sobre o tema. O vereador Alair disse sobre a pendência na entrega das moções de aplausos aos profissionais de saúde que atuaram diretamente no combate à pandemia e se comprometeu a retomar a coleta de nomes para a finalização da Moção. O presidente colocou as indicações e moções em votação, sendo aprovadas por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Joaquim José de Souza, lavrei a presente ata, sala de sessões, 15 de agosto de 2023.

The image shows three handwritten signatures in blue ink. The first signature on the left is 'Sebastião', the middle one is 'Alair', and the one on the right is 'Rafael'. The signatures are written in a cursive, flowing style.